tópicos e notas críticas

César Oliveira

Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905[1]

1. Pretende-se neste pequeno trabalho avançar algumas contribuições numa tentativa de resposta às questões seguintes: *Que significado social poderá ter na sociedade oitocentista portuguesa a expressão «imprensa operária»? Ao longo deste período, que imprensa operária existe em Portugal? Como se articula a imprensa operária com o movimento operário? Qual a importância e a função da imprensa operária na sociedade portuguesa?*

É óbvio que, se o actual estádio da investigação histórica em Portugal ainda não permite ver claramente, nos seus múltiplos aspectos, a trajectória da evolução da sociedade portuguesa, só poderemos aqui produzir afirmações com carácter provisório. Esta transitoriedade refere-se sobretudo às interpretações possíveis da relacionação entre a imprensa operária e o movimento social concreto das classes trabalhadoras.

Com efeito, se é possível quantificar e qualificar, embora aproximadamente, a imprensa operária, não podemos ainda analisar em termos eficientes a evolução da composição das classes trabalhadoras e do operariado em Portugal no século XIX. Só há relativamente poucos anos — e quase sempre fora da universidade e de instituições oficiais — se começou a trabalhar sobre aspectos parciais da história socioeconómica do século XIX e apenas nos

[1] Comunicação apresentada, em Abril de 1974, a uma mesa-redonda realizada no âmbito dos «encontros» que vêm sendo anualmente promovidos pelo Centro de Investigações Hispânicas da Faculdade de Letras da Universidade de Pau.

últimos quatro anos foi possível um maior avanço em extensão e profundidade.

2. A sociedade portuguesa oitocentista pode caracterizar-se pela coexistência de *persistências* das relações sociais do *antigo regime* com um processo lento, complexo e *sinuoso* de transformações capitalistas.

Até 1850-51 pode dizer-se que o País era composto de núcleos económico-sociais de relativa auto-suficiência, mas isolados uns dos outros. Só uma estreita zona do litoral beneficiava do intercâmbio económico e cultural, dificultado, no entanto, por uma rede de navegação costeira altamente deficiente e pouco *aberta* à modernização.

A revolução liberal de 24 de Agosto de 1820, que preparou a realização das Cortes Constituintes de 1821 — cuja Constituição muito se assemelha à Constituição de Cádis de 1812 —, não pôde levar por diante os seus objectivos. As soluções de compromisso encontradas derivavam das próprias estruturas socioeconómicas do País (inexistência de uma burguesia capaz de ser o veículo social do liberalismo) e de conjunturas desfavoráveis (guerra civil, guerrilhas absolutistas, acção da Igreja, etc.).

O Portugal moderno *começa,* com efeito, em 1850-51, com a Regeneração. A Regeneração é um movimento político de alianças explícitas das forças liberais portuguesas, com o apoio tácito das correntes mais radicais e democráticas do liberalismo. A Regeneração é, essencialmente, a consolidação política do liberalismo português, que se segue a um período extremamente instável e conflituoso e que pretende o *desenvolvimento moderno do País.* Inaugura-se, assim, a *política de desenvolvimento dos melhoramentos materiais,* na definição do líder do movimento, Fontes Pereira de Melo.

A criação de organismos de promoção e coordenação económica, os apelos ao investimento na actividade industrial, a procura de capitais, o recurso ao crédito externo e a destruição das instituições jurídicas feudais vão permitir que, finalmente, a sociedade portuguesa se transforme, num processo altamente particularizado e específico.

A partir de 1855-56 começam também a ser criadas em Portugal as condições que haveriam de criar um *mercado nacional,* condição primeira para o desenvolvimento do País.

De facto, acentua-se, a partir desta data, o esforço para dotar o País com uma rede rodoviária e ferroviária que permitisse, não apenas a integração nacional de mercados regionais muito demarcados, mas também o contacto global de zonas geográficas diferenciadas, condição para a circulação de pessoas e ideias. A centralização administrativa e a maior eficácia do poder político junto de zonas onde predominavam ainda *sobrevivências* do antigo regime passavam também pela possibilidade material de fazer *chegar* às zonas do interior o exercício político do liberalismo e fazê-las *penetrar* na *modernização* do País.

Atentemos em alguns dados deste esforço.

Em 1858, Portugal tinha apenas 1106 km de estradas ordinárias; em 1865, esse número eleva-se a 2195 km, para em 1874 atingir cerca de 4000 km. Em 1900, a rede de estradas ordinárias do País atingia os 13 000 km.

Quanto à rede ferroviária, a primeira linha de caminho-de-ferro (36 km) foi inaugurada em 1856, mas, com a constituição da *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses,* em 1863 atingia-se a fronteira leste do País (Elvas) e em 1864 o comboio chegava a Vila Nova de Gaia, próximo do Porto. Em 1864, o Alentejo ligava-se ao litoral (Lisboa); em 1865 fazia-se a ligação ao Algarve. A zona montanhosa da Beira Alta ficou ligada à rede ferroviária do litoral em 1882, com a exploração efectiva da rede até à fronteira de Vilar Formoso.

Em 1865, a rede ferroviária nacional era constituída apenas por uns escassos 701 km; porém, em 1882 estavam em exploração 1299 km de via larga e de 1882 a 1894 construíram-se mais 1000 km da rede ferroviária.

Pode dizer-se que, nos finais do século passado, a rede ferroviária portuguesa era, com ligeiras alterações, aquela que é hoje.

Em torno do tema que nos propusemos é importante notar a coincidência entre este surto da rede de transportes em Portugal e a criação e crescimento dos órgãos de informação.

Interessa verificar que a rede ferroviária é porventura o factor mais determinante, não apenas como condição da construção do Portugal contemporâneo (desenvolvimento comercial, implantação de novas indústrias, maior capacidade de comercialização da produção agrícola, unificação e integração dos mercados regionais, circulação de pessoas), mas sobretudo como condição para a circulação de ideias, para quebrar o isolamento cultural dos centros regionais. A ligação à Europa através da Espanha, a partir de 1865, reforça os laços culturais com a França.

Como dizia Eça de Queirós, «Coimbra vivia então numa grande actividade. Pelos caminhos-de-ferro que tinham aberto a Península rompiam cada dia, descendo da França, torrentes de coisas, ideias, sistemas, estéticas... Era Michelet, Hegel e Vico, e Proudhon e Victor Hugo tornado profeta da humanidade e justiceiro de reis [...]» [2].

As redes ferroviária e rodoviária permitiram também a circulação rápida do correio, que, na primeira metade do século, levava um largo par de dias a chegar de Lisboa ao Porto.

Os serviços telegráficos, que se iniciaram rudimentarmente no País em 1803-04, por meio de sistemas de telegrafia óptica, só adquirem verdadeira projecção na sociedade portuguesa com a inauguração, em 16-9-1856, da primeira linha de telegrafia eléctrica entre os *ministérios do Terreiro do Paço e o Palácio das Cortes.*

A primeira comunicação telegráfica internacional realizou-se ainda na década de 1850, em 1857 precisamente, com a Espanha, em Badajós.

---

[2] *Notas Contemporâneas,* edição Lello das «Obras Completas», 3 vols.

Rapidamente, porém, se acelerou o crescimento das linhas telegráficas. Assim, em 1860, o comprimento das linhas instaladas era de 2000 km, mas em 1890 já se elevava a 6830 km. Neste último ano havia instaladas 12 estações telegráficas para o serviço do público. O serviço telegráfico submarino inaugurou-se em Portugal em 1870, com a ligação de Portugal à Inglaterra (Falmouth).

Todos estes elementos que temos estado a procurar alinhar pretendem mostrar que, efectivamente, a transformação das estruturas tradicionais portuguesas só se começa a concretizar na segunda metade do século XIX. É óbvio que tais transformações apontaram para o predomínio das relações sociais capitalistas numa sociedade profundamente rural e agrária ainda com muitas sobrevivências feudais (morgadios, direitos banais), o que, como dissemos, impõe uma caracterização muito específica da sociedade portuguesa no século XIX.

Se for legítimo, na fase actual da produção historiográfica portuguesa, traçar um esquema das transformações operadas na sociedade portuguesa, poderemos dizer que:

a) 1820-50/51: período de lutas sociais e políticas no seio do liberalismo (dentro do qual sobrevieram diversas gradações políticas), cuja base social de conflito era a questão agrária, isto é, a luta contra os grandes domínios agrários da aristocracia e da Igreja. Neste período inicia-se uma tímida tentativa de modernização tecnológica na actividade não agrícola e processa-se o início da introdução da máquina de vapor. Primeiras instituições de crédito (Banco de Lisboa, mais tarde transformado em Banco de Portugal). Extinção das corporações e primeiras associações operárias mutualistas (1838).

b) 1850/51-90/91: consolidação do regime liberal em Portugal. Extinção das últimas instituições jurídicas feudais. Início do rotativismo político (primeiro, Partido Regenerador e Partido Histórico; depois, Partido Regenerador e Partido Progressista). *Melhoramentos materiais:* estradas, caminhos-de-ferro, telégrafo. Desenvolvimento da actividade comercial no quadro do mercado nacional e internacional. Implantação de novas indústrias: recurso ao crédito externo e às *cambiais* dos emigrantes portugueses no Brasil. Tratados comerciais com a França (1864), por exemplo.

Crescimento intensivo dos centros urbanos, nomeadamente dos situados no litoral do País.

c) 1890/91-1910: ocupação e exploração mais eficiente dos territórios coloniais portugueses. Formação das grandes companhias coloniais.

Pauta aduaneira e regime proteccionista da actividade industrial. Desenvolvimento industrial. Concentração da indústria têxtil algodoeira. Novas indústrias (químicas, da borracha, etc).

Crescimento em flecha de Lisboa e subúrbios.

Crises financeiras (1890 e 1900).

Crescimento do Partido Republicano, apoiado pela média burguesia e pelas camadas populares dos centros urbanos do litoral.

Crise política da monarquia constitucional. Implantação da República (1910): *encerra-se o ciclo das transformações burguesas abertas em 1820.*

3. A opinião pública, o direito à expressão livre, a *formação e ilustração dos espíritos* faziam parte do ideal romântico da liberdade; por isso, não será de estranhar que a liberdade de imprensa tivesse ocupado lugar destacado na acção e no pensamento de todos os políticos liberais desde 1820 até 1851. Todos os grandes dirigentes do liberalismo, qualquer que fosse a sua posição doutrinária ou a corrente a que pertencessem, participaram directa ou indirectamente, na primeira metade do século XIX, no desenvolvimento da imprensa.

Logo nos primeiros anos do liberalismo nasce uma imprensa que, pouco a pouco, foi perdendo o seu carácter meramente *noticioso*, para se tornar veículo de formação política, instrumento de criação de projectos políticos alternativos, porta-voz de grupos e partidos políticos.

Sem uma rede de transportes à escala nacional, a maioria dos periódicos, de duração muito efémera, publicaram-se em Lisboa e no Porto, as duas grandes cidades do País.

No entanto, e apesar de o número de analfabetos andar pelos 85 %-90 % da população geral do País, a imprensa política adquiriu, em torno das grandes questões em debate na sociedade portuguesa, uma projecção que quase diríamos espantosa. Ainda em 1837, a revista *Panorama*, de Alexandre Herculano, atingiu 5000 exemplares de tiragem. O romantismo que esta revista ajudou a difundir em Portugal foi também o responsável pelo despertar do gosto pela leitura, pela exposição das ideias, pela história como expressão da identidade nacional. Com o romantismo e com o liberalismo surge o *folheto*, pequeno opúsculo com poucas páginas, importante veículo de polémicas, meio fácil e acessível de debater e «opinar» sobre os grandes temas em discussão: o casamento civil, a crendice *religiosa*, a luta contra os vínculos feudais, etc.

O jornalismo e a imprensa são, no entanto, fenómenos urbanos e, por isso, não é estranho que o seu desenvolvimento e o seu significado social acompanhem as transformações que se operaram no País a partir de 1850-51.

As cidades crescem porque aumenta a sua oferta de emprego, porque é nelas que assenta cada vez mais, a partir do crescimento industrial e comercial, a organização social, política e administrativa do País. A cidade oferece horizontes mais rasgados e, num convívio menos sujeito ao isolamento, torna-se mais possível o debate das ideias e mais necessária a informação.

Até meados do século passado, grande parte da «vida» das cidades dependia das zonas rurais. Depois, *a cidade*, com o alargamento progressivo da rede de transportes, invade com certa lentidão o «país agrícola», quer nas práticas administrativas, quer como prolongamento político das *clientelas* a obter.

É nas cidades de Lisboa e do Porto que a opinião pública se torna mais importante como apoio às políticas governativas ou como crítica colectiva.

Toda a vida política portuguesa do século XIX *se joga* no litoral do País, e sobretudo em Lisboa e no Porto, como natural correlação da importância económica e cultural desse mesmo litoral.

É nas cidades de Lisboa e do Porto que a opinião pública é mais importante, não só pela proximidade dos acontecimentos políticos, sociais e culturais, mas também porque aqui o número de analfabetos é menor.

O caminho-de-ferro, por sua vez, leva a cidade e a sua vida para o interior do País. Uma viagem de Lisboa para o Porto, que, por volta de 1850, ainda se fazia quase sempre de barco, passa a poder fazer-se, alguns anos depois, mais cómoda e rapidamente, de comboio, cruzando as terras do interior do País. O alargamento da rede ferroviária, que nos finais do século já pouco diferente era do que é hoje, e a sua ligação ao caminho-de-ferro espanhol e, através deste, à França, à Europa das ideias e da civilização, da grande literatura, da filosofia e dos progressos da ciência experimental, operam uma profunda mudança nas ligações entre Portugal e a cultura europeia. A geração do liberalismo tinha decerto criado a sua ideologia na Revolução Francesa e o ideário da revolução de 79 foi certamente difundido pela palavra, por manifestos e jornais dos invasores franceses; porém, o romantismo, esse, era em grande parte de origem inglesa e alemã, quer pela importância da Inglaterra no processo do liberalismo português e pela presença, por vezes maciça, de ingleses em Portugal, quer ainda pela dependência crónica da actividade económica portuguesa do capitalismo inglês e pela presença em Inglaterra dos mentores do romantismo e do liberalismo. Todavia, o comboio, a franco-maçonaria, a tradição dos clubes jacobinos, o exemplo da Revolução Francesa e uma certa reacção ao domínio inglês produziram uma viragem que se acentua com as idas da gente endinheirada de Lisboa a Paris, à Paris dos grandes *boulevards*, da moda, dos salões iluminados, do Moulin-Rouge e do cancã; lembre-se a aflição colectiva da burguesia lisboeta descrita tão autenticamente por Eça de Queirós nas últimas páginas de *O Crime do Padre Amaro*.

O telégrafo acentuou esta mudanca e a Europa começou a entrar em Portugal, em Lisboa e no Porto pelo menos, com os telegramas distribuídos pela Agência Havas, fornecendo noticiário para a imprensa, pondo em discussão em Portugal os grandes debates políticos e culturais da Europa. Não há certamente meios para mostrar o modo como a sociedade portuguesa viu a Conferência de Viena de 1815, mas, quanto às repercussões da Comuna de Paris e da Guerra Franco-Prussiana, há já abundante noticiário e comentários nos jornais; Pinheiro Chagas, um dos grandes e polémicos jornalistas do seu tempo, pôde mesmo publicar dois volumes antológicos dos seus artigos na imprensa acerca desses temas.

Para ver melhor a diferença operada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro, comparemos dois jornais: em 63 números de *O Espectro* (1846-47), o jornal de Rodrigues Sampaio, raros são os temas que versem sobre o noticiário estrangeiro e quase todo o jornal é feito na base do noticiário e comentários da vida política portuguesa; apenas num único número de o *Diário de Notícias*, em 1871, por exemplo, há desenvolvidas notícias do estrangeiro, transcrições e comentários a discursos de personalidades políticas europeias.

Os jornalistas tornam-se *praticamente* profissionais, a imprensa periódica organiza-se em termos de uma empresa que joga no mercado perante a concorrência, que busca sensação para aumentar as suas vendas. Surge a publicidade das casas comerciais, que aí anunciam desde as virtudes das ervas para um chá milagroso até produtos vários de aplicação na indústria. Os partidos e os grupos políticos montam também a sua imprensa e formam os seus quadros redactoriais na base dos *melhores valores intelectuais da sociedade*. A imprensa deixou de ser apenas um meio para *dar novas* e elevou-se a formadora da opinião pública, criadora de correntes políticas, pensando os pequenos problemas e as grandes questões e *obrigando* os leitores a pensar com ela.

Para melhor aquilatarmos da importância da imprensa basta ver que em 1865, ano da sua fundação, *O Diário de Notícias* tirava apenas 5000 exemplares diários, mas quinze anos depois a tiragem média diária subia a 30 000 exemplares.

Na segunda metade do século, e a partir da década de 60, fundam-se os seguintes órgãos da imprensa periódica (não estando, decerto, todos eles incluídos nestes números): *na década de 60 fundam-se 12, na de 70 criam-se 43, na de 80 surgem 74 e na última década do século aparecem 334 novos periódicos*. Nas duas primeiras décadas consideradas, a maioria dos órgãos de imprensa criados surgiram nas duas cidades principais e numa ou noutra capital de província; a partir, porém, de 1880 começa a difusão da imprensa periódica pelo interior e existem jornais em localidades como Moncorvo, Barcelos, Oliveira do Hospital, Tondela, Paredes, Santa Comba Dão, Trancoso, Seia, Porto de Mós, Vila Viçosa. Este fenómeno da importância da imprensa regional prolonga-se até ao findar do último quartel do nosso século. Só a *grande imprensa* e a sua circulação rápida obrigaram ao declínio da imprensa regional, ao mesmo tempo que desaparecia a vida política localizada. À medida que o final do século se aproximava alargava-se o leque da temática e das especialidades: jornais inteiramente dedicados à música, ao charadismo, à caça, à agricultura, à caricatura e ao humorismo, etc. Dos 645 periódicos que conseguimos referenciar há notícia apenas de 61 que interromperam ou cessaram a sua publicação, o que demonstra a importância da imprensa e a tenacidade dos jornalistas e proprietários de jornais.

Dos dados apontados, algumas conclusões podem ser extraídas: o aumento do número de jornais na última década do século, devido certamente ao alargamento da rede do caminho-de-ferro, ao aumento da escolaridade e diminuição de analfabetos e à irradiação da cultura para zonas não urbanas, foi definindo e determinando a importância crescente da imprensa como formadora dos hábitos das populações e consagrando-lhe um lugar destacado no xadrez político, social e cultural do País.

Revistas diversas e especializadas surgiram todos os anos; umas não passavam de um ou dois números, mas outras houve que se publicaram durante anos. Versavam sobre temas de filosofia (*O Positivismo*, a mais importante), de literatura e arte, etc.; en-
 fim, o século XIX viu surgir a imprensa e o periodismo como im-

portante agente de divulgação cultural, como extraordinário veículo de ligação entre os homens e as zonas geográficas diferenciadas, como tribuna pública da discussão de ideias. Portugal teve, em média, e nos últimos anos do século, 1 órgão de informação para cerca de 14 500 habitantes. Este número é deveras impressionante, já que, pela mesma época, tal percentagem era de 1 para 8000 para a Suíça, 1 para 15 000 para a Bélgica, 1 para 23 000 para a França e Inglaterra, 1 para 26 000 para a Alemanha, 1 para 300 000 para a Turquia e 1 para 350 000 para a Rússia [3].

Mas quem lia? O que se lia além da imprensa periódica? Que formas assumiram as publicações? Que tipo de linguagem empregavam? Que *difusão* tinha a imprensa?

Embora o número de jornais por habitante, acima indicado, seja muito elevado, não merece ser considerado como índice bastante para se saber do *público que realmente lia:* baseado na relação número de jornais/população, aquele índice não tem em conta as tiragens dos jornais; contudo, há para 1880 algumas indicações: Eduardo Coelho avalia existirem com efeito em Portugal, e nessa data, cerca de 200 periódicos, que somavam uma tiragem média diária de 100 000 exemplares, o que dá como média 1 exemplar para cerca de 40 habitantes. Os índices atrás referidos ficam, pois, reduzidos a proporções mais justas, embora haja que pôr reservas aos cálculos de Eduardo Coelho. Apesar disso, eles demonstram que a imprensa adquiriu *direitos* no consenso da população e que, de facto, a sua influência seria considerável. Note-se que, nos últimos vinte anos do século, além do aumento da escolaridade, da diminuição do número de analfabetos, dos resultados conseguidos com as escolas nocturnas criadas em 1881, deveria ter havido, por razões diversas, um aumento considerável de público potencial da imprensa. Se aos factores mencionados acrescentarmos a elevação cultural das massas rurais (reflectida sobretudo pelo surgir de numerosos jornais da província) *e, sobretudo, a politização provocada pelos ecos da Conferência de Berlim, pelas campanhas militares africanas, pelos «escândalos políticos» a que dava lugar a administração monárquica, pelo Ultimato, pela revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891* (ver gráfico em anexo), *poderemos perceber com maior clareza que a imprensa, a informação, o comentário político, os debates sociais e culturais eram, de certo modo e dentro de certos limites, cada vez mais, uma exigência das populações, determinada fundamentalmente pelas alterações socioculturais produzidas desde 1850.*

4. O aparecimento e o crescer da imprensa operária inscrevem-se no desenvolvimento do jornalismo em Portugal e este no contexto específico da sociedade portuguesa, para cuja compreensão acabámos de tentar, num quadro rápido, traçar as balizas fundamentais.

A extinção das corporações, em 1834, correspondeu à necessidade de libertar as classes trabalhadoras dos ofícios mecânicos

[3] Silva PEREIRA, *O Jornalismo Português,* Lisboa, 1895, e *Dicionário Bibliográfico de Inocêncio,* vol. XVII, Lisboa, 1894.

dos entraves das organizações corporativas. A entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho, como verdadeira mercadoria livre de limitações, era necessidade imperiosa dos blocos políticos dominantes do liberalismo português. No entanto, entre 1834 e 1852 são raras as novas expressões organizativas das classes trabalhadoras em Portugal.

Apenas devem assinalar-se a Associação dos Artistas Lisbonenses, a Associação dos Sapateiros e poucas outras.

Como reflexo da revolução de 1848 em França, onde estiveram portugueses, realiza-se na primeira década da segunda metade do século um esforço organizativo. Porém, já no findar da década de 1840 se publicou o pequeno folheto *O Que É o Comunismo?* e a colecção «Biblioteca do Socialista», assim definida: «excertos acerca do pauperismo e da organização social.» A dimensão social e os resultados destas duas tentativas, ao nível da acção dos trabalhadores, foram, todavia, pequeníssimos, para não dizer nulos.

A imprensa operária existe, como é óbvio, em termos das classes trabalhadoras a quem se dirige, dos interesses que defende e da correspondência da sua temática às condições de existência concreta dos trabalhadores.

Assim, só poderemos ter uma compreensão adequada da *função social* da imprensa operária se pudermos também perceber a inserção dinâmica das populações trabalhadoras na sociedade portuguesa.

Ora, em toda a segunda metade do século XIX, a grande maioria da população activa portuguesa é constituída por rurais, inscritos em zonas geográficas relativamente separadas cultural e politicamente do *rectângulo* geográfico do litoral, já referido. A influência da Igreja, as ligações muito fortes à terra, a ignorância, o analfabetismo e o caciquismo político constituíram poderosos factores de bloqueamento da mobilidade social e cultural destas populações.

Ao falarmos em imprensa operária na segunda metade do século passado, só nos podemos referir à zona do litoral do País, às zonas rurais de Leiria-Santarém e de Aveiro, isto é, aos actuais distritos de Lisboa, Setúbal, Coimbra, Porto e, parcialmente, Braga. É que é nestes distritos que mais se faz sentir a incipiente implantação industrial, iniciada com a política desenvolvimentista da Regeneração e de Fontes Pereira de Melo.

Basta atentar na evolução quantitativa do número de operários para ficarmos com uma ideia mais aproximada do que acabámos de dizer (ver quadro n.º 1).

É óbvio que neste quadro se excluem os artesãos e as pequenas oficinas familiares que caracterizaram boa parte da produção não agrícola portuguesa e os trabalhadores das profissões urbanas ligados à construção civil, aos transportes, ao comércio, fracções que, aliás, se revelarão muito activas no movimento operário português.

Ao procurarmos verificar, por outro lado, o crescimento urbano das duas principais cidades do País (ver quadro n.º 2), tam-

 bém compreenderemos melhor, não apenas a característica macro-

QUADRO N.º 1

Ano	Número de operários	Lisboa	Porto
1852	15 897	5 649	4 732 (*a*)
1865	19 076	?	? (*b*)
1881	90 000	27 000	19 000 (*c*)
1900	455 296	196 000	173 500 (*d*)

(*a*) Inquérito de J. LARCHER.
(*b*) Rebelo da SILVA, *Compêndio de Economia.*
(*c*) Inquérito Industrial de 1881, números arredondados.
(*d*) Censo da População, números arredondados para Lisboa e Porto (há que pôr reservas a este número, dada a dificuldade em separar os não assalariados).

céfala do crescimento da imprensa operária, mas a importância destas cidades como zonas privilegiadas do movimento operário.

Não admira, pois, que o surto do crescimento em flecha da imprensa em geral e da imprensa operária a partir de 1887-88 até

QUADRO N.º 2

Ano	Lisboa	Porto
1864	164 763	86 751
1878	187 404	105 838
1890	301 206	138 850
1900	435 359	162 955

Fonte: censos da população.

finais do século acompanhe o crescimento urbano e sobretudo o aumento da população lisboeta na última década do século passado (ver gráfico A, p. 576). Atente-se na relacionação entre o crescimento urbano, a produção de eventos políticos de dimensão nacional (centenário de Camões, Ultimato, crise financeira) e a criação de periódicos. Por outro lado, o crescimento, nessa década, da imprensa operária coincide com o crescimento súbito da imprensa em geral. A exploração atenta dos mercados e das matérias-primas coloniais, os efeitos da pauta proteccionista de 1892 e o regime de protecção à indústria, conjugados com o *furor nacionalista* como reacção às pretensões coloniais da Inglaterra sobre as colónias portuguesas, com o crescimento do Partido Republicano, com o aumento da importância social e política dos trabalhos e com as crises da administração monárquica, provocaram as condições para uma politização crescente; esta politização reflectiu-se necessariamente no único veículo de formação e informação — a imprensa —, apesar da existência, nos finais do século, de cerca de 75 % de analfabetos. Falta, neste aspecto, apurar a difusão da imprensa, isto é, o número de leitores por exemplar; só um trabalho aturado nas bibliotecas e nas actas das associações poderá fornecer informações, por certo indirectas, acerca da difusão da imprensa. É importante, porém, desde já, distinguir tiragem, distribuição e difusão, que, sendo factores correlacionáveis, não são susceptíveis de justaposição.

A imprensa operária, neste período de 1850-1905, pode dividir-se em dois grandes grupos: *a) a ligada às diversas associações profissionais, com preocupações dominantes centradas na defesa e no veicular de reclamações próprias de grupos profissionais; b) a da imprensa de «doutrinação e formação», ligada ou a organismos de tipo federativo ou a grupos ideológicos definidos.*

Ambas estas *espécies* de imprensa operária (ver «Periódicos operários de 1850 a 1905», p. 569) sofriam as mutações que entretanto se operavam no movimento operário. Tanto nas orientações ideológicas dominantes, como na prática social, a história da imprensa operária portuguesa está indissoluvelmente ligada ao movimento real e concreto do operariado e das classes trabalhadoras.

É portanto imperioso que se procure esquematizar as principais fases do movimento operário português, de modo a ser possível *inserir aí* a imprensa operária.

Assim:

A) 1850-71: período que poderíamos designar por «associacionismo mutualista português». — Neste período, o movimento operário português, mesmo quando se definia como socialista, visava a *sociabilização do capital* pela *harmonização do capital e do trabalho,* de modo a evitar a absorção de um pelo outro. Não se põe em causa a propriedade privada e chega a afirmar-se que o *socialismo* que se pretende *garante e defende a propriedade.*

Todo este período reflecte a influência de intelectuais oriundos da recente burguesia portuguesa e até da aristocracia, tocados lentamente, sobretudo, pela leitura de Fourier e Louis Blanc; não há, salvo excepção para os tipógrafos, militantes operários propriamente ditos; a corrente mais radical e democrática do liberalismo, sucessivamente derrotada, procura implantação nas classes trabalhadoras.

Todo este período *gira* à volta da acção em torno de quatro objectivos:

Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, organismo semelhante ao Fomento das Artes de Madrid e promotor teórico do movimento associativo.
Grémios ou associações de instrução popular.
Associações de socorros mútuos.
Associações profissionais.

Referenciamos para este período a existência de mais vinte e quatro órgãos da imprensa operária; todos estes periódicos, no entanto, tiveram muito curta duração. A maioria deles eram mensais ou semanais e, na maior parte dos casos, de publicação muito irregular. Muitos até se ficaram na publicação do primeiro número.

O Eco dos Operários, o primeiro dos jornais deste período e porventura o que maior influência exerceu na orientação de todo ele, definia assim os seus objectivos no artigo de apresentação: «Qual é pois o grande dogma que proclama a classe humanitária? É de pôr em presença o capital e o trabalho sem que o primeiro absorva e escravize o segundo. É o pensamento de todos os que se empenham no engrandecimento do país e na emancipação. A ciência económica

diz que os produtos se trocam por produtos. O socialismo prático quer realizar esta fórmula em toda a sua extensão [...]»

Esta orientação foi altamente dominante e prevalece na concretização prática com gradações ou notações pouco diversas até 1871. Não há em nenhum dos periódicos operários que pudemos consultar um apelo à acção autónoma dos trabalhadores, ou sequer palavras que possam pôr em cheque os fundamentos da ordem social liberal. *Trata-se, no fundo, de socializar o liberalismo, atenuar as diferenças sociais e, utopicamente, propor uma organização social harmoniosa, onde todos (capitalistas, proprietários, trabalhadores e intelectuais) possam agir em ordem ao trabalho socialmente útil no quadro da associação universal.*

A temática dos principais jornais — *O Eco dos Operários*, o *Jornal do Centro Promotor*, o *Jornal dos Operários* (Porto), *A Federação*, o *Jornal dos Artistas* — pode agrupar-se assim:

Artigos e colaboração doutrinária e teórica: idealismo e romantismo social, associacionismo, mutualismo, cooperativismo (de produção e consumo).
Reclamações regionais de classes ou de grupos profissionais.
Colaboração literária. Traduções nomeadamente de periódicos franceses. Autores traduzidos: Lammenais, Cabet, Fourier, L. Blanc. etc. Algumas notícias do estrangeiro (Espanha e França).
Discursos e comentários à acção governativa.

Em todos eles se nota a incapacidade de crítica ao liberalismo e a impossibilidade de compreensão do processo socioeconómico português.

B) 1871-77: da colaboração de classes à luta de classes. — A Internacional em Lisboa. A imprensa adquire uma feição socialista, que se reflecte na fundação do Partido Socialista, em 1875, e em dois jornais, *O Protesto* (Lisboa) e *O Operário* (Porto), que foram os seus primeiros órgãos oficiais, vindo mais tarde a surgir destes jornais *O Protesto Operário.*

Três factores praticamente simultâneos vêm transformar o movimento operário português, factores que, conjugados com o crescimento do operariado lisboeta e o agudizar das contradições entre as classes trabalhadoras e o liberalismo, lhe vieram dar um novo curso:

A presença em Portugal de parte dos dirigentes da Primeira Internacional em Espanha (Mora, Morago e Anselmo Lorenzo), criando em Lisboa um núcleo da Internacional e um outro da Aliança de Democracia Socialista.
O exemplo da Comuna de Paris, amplamente discutida em Portugal, e sobretudo no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.
Crítica pública e sistemática ao liberalismo realizada em conferências democráticas (proibidas na 5.ª sessão) por jo-

vens intelectuais universitários altamente influenciados por Proudhon, por Michelet e pela literatura realista francesa.

Pouco tempo depois, a presença de Paul Lafargue em Portugal ligava a movimentação do operariado lisboeta à facção marxista da Primeira Internacional.

Em 1872 produzem-se em Portugal as primeiras greves com significado e funda-se a primeira associação federativa de resistência operária, o que logo transformou a orientação das associações existentes.

Um jornal mensal vai ser decisivo nesta transformação: *O Pensamento Social.* Pela primeira vez se difunde a necessidade da luta autónoma do operariado perante o capital e as outras classes; pela primeira vez se aponta como o objectivo final a *revolução social;* pela primeira vez, Marx, Engels, Lafargue, Proudhon e Bakunine são traduzidos em Portugal. O jornal inclui abundantes referências ao movimento operário europeu e à Internacional.

No entanto, duas tendências se debatem entre a redacção do que foi, por certo, o mais importante jornal socialista português no século XIX: uma que recusa a participação na actividade política e que considera *o sufrágio um embuste* (é muito provável que grande parte da redacção já estivesse ligada aos aliancistas, como deixa perceber claramente A. Lorenzo no *Proletariado Militante* [4]; outra que adopta as resoluções do congresso da Internacional em Haia e vai criar em 1875 o Partido Socialista.

Todavia, continuaram a persistir certos militantes, agora ligados ao republicanismo, que propunham ainda uma aliança de classes contra a Monarquia e que, muito ligados à maçonaria, vão fundar um jornal, *O Trabalho,* onde defendem esta aliança e se opõem à prática da luta de classes. Sousa Brandão, o grande animador dos primeiros jornais operários da década de 50, encontra-se neste grupo.

Fundam-se neste período onze jornais operários, dos quais *O Protesto, O Operário, O Protesto Operário* e *A Voz do Operário* alinham abertamente na orientação do Partido Socialista. Esta orientação baseava-se, no fundamental, em dois pontos:

Acção das associações profissionais.
Participação na actividade política, sobretudo na actividade eleitoral.

Contudo, a acção do Partido Socialista fica desde logo limitada por a sua actividade principal se centrar na luta eleitoral num país onde as classes trabalhadoras não votavam e no qual o *caciquismo* político, o prestígio do parlamentarismo e a ausência de concentrações operárias tornavam pouco viável esta orientação.

O Partido Socialista vê surgir também nos seus quadros e organismos conflitos ideológicos e pessoais, que, correspondendo aos que se produziam na Europa, lhe paralisaram a acção. Após um

[4] *El Proletariado Militante,* Toulouse, C. N. T., 1946.

período inicial de entusiasmo e de importância relativa do Partido Socialista junto das classes trabalhadoras de Lisboa, Porto e Coimbra, a partir de 1880 o Partido entra em crise. Esta crise tem dois motivos principais: o primeiro diz respeito à própria inserção do Partido Socialista num país socialmente caracterizado pela inexistência de uma classe operária fabril concentrada, numerosa e capaz de objectivar uma participação política nas instituições da Monarquia constitucional; o segundo liga-se à concorrência do Partido Republicano junto da mesma clientela política e ao recrudescer do anarquismo, mais precisamente do anarco-comunismo, principalmente de referência a Kropotkine e a Malatesta.

C) 1877-1906: ascensão do anarco-comunismo. Reactivação das associações de classe (legalizadas em 1896). — Os militantes antipolíticos de extracção proudhoniana e bakuninista permaneceram numa acção clandestina, provavelmente junto das associações profissionais, até 1877. Neste ano, porém, aparece no Porto o jornal *A Revolução Social* (de que em Julho sairá uma antologia), que, logo seguida da tradução sistemática de pequenos opúsculos de Kropotkine, Reclus, J. Grave, Charles Malato, ou de pequenos folhetos de apologia da *acção exemplar,* imprime uma nova face ao movimento operário, ganhando ao Partido Socialista cada vez mais terreno.

A Revolução Social, que se publicou regularmente de 1888 a 1890, orientava-se pela recusa da luta política e da legalidade dos meios de acção, pela recusa da submissão a toda a autoridade. Propunha-se acelerar a «*decomposição social, política e económica dos estados, preconizando a abstenção às urnas, a deserção da caserna e a propaganda ilegal no terreno dos factos e a greve violenta*». Como lema do jornal, a bandeira: *Comunismo e Anarquia.*

Este jornal publicou, além de numerosas traduções, informações sistemáticas do movimento operário de outros países; promoveu campanhas de solidariedade aos anarquistas-dinamistas franceses; editou separatas e opúsculos de apoio aos *garrotados de Jerez* e aos *mártires de Chicago.*

Sempre em dia com os acontecimentos, *em cima* das situações de violência e exploração capitalista, a acção de *A Revolução Social* revelou-se decisiva para a ultrapassagem do reformismo parlamentar e do imobilismo do Partido Socialista.

Usando uma linguagem clara e acessível, apelando para a acção na oficina e na fábrica, promovendo a organização autónoma dos trabalhadores, a acção de *A Revolução Social* foi, pouco depois da sua extinção (1891), continuada por *A Revolta, O Germinal, O Agitador, A Obra* e por outros jornais e revistas.

A acção dos grupos de propaganda anarquista e daquele jornal já citado alargou-se rapidamente aos trabalhadores e revelou-se tão perigosa para as instituições que o governo monárquico fazia publicar, em 13 de Fevereiro de 1896, uma lei que punia com a deportação para Timor a simples propaganda dos princípios anarco-comunistas.

Neste período, também as associações profissionais promovem a publicação de órgãos de imprensa: os metalúrgicos, os tipógrafos,

os empregados do comércio, os chapeleiros, os operários da indústria de tabacos, os carpinteiros, etc., têm, normalmente por intermédio das suas associações, os seus órgãos de imprensa.

A partir de 1900, a geografia da imprensa operária alarga-se, começando a sair do litoral do País. Em grande parte dos casos não pode dizer-se que seja vincadamente socialista ou anarco-comunista a imprensa operária do interior. Talvez a expressão *imprensa popular* caracterize melhor esta imprensa do interior.

Nas duas últimas décadas do século XIX, também a Igreja tentou criar órgãos de informação destinados aos trabalhadores. Desta imprensa católica, de cariz fundamentalmente obreirista, não temos, por ora, referências significativas.

Surgem neste período novos jornais socialistas, dos quais *O Eco Socialista,* do Porto, e *O Proletário* e *O Trabalho,* de Setúbal, são os mais importantes.

O terreno que haveria de conduzir à criação, em 1908, do primeiro jornal diário operário português, *A Greve,* estava assim preparado. Em 1906-08 inicia-se um novo período no movimento operário português, marcado pela aliança, nem sempre isenta de conflitos, entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, a qual significou o desaparecimento do Partido Socialista da actividade junto dos trabalhadores e produziu, após a implantação da República, um espantoso surto da imprensa operária.

BIBLIOGRAFIA SUCINTA

Ana Maria Alves, *A Comuna de Paris e Portugal,* Lisboa, 1971.

A. X. Silva Pereira, *O Jornalismo Português,* Lisboa, 1895.

Carlos Fonseca, *A Origem da 1.ª Internacional em Portugal,* Lisboa, Estampa, 1971.

César Oliveira, *O Socialismo em Portugal, 1850-1900,* Porto, 1973.

Inocêncio Silva e Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português,* Vol. XVII, Lisboa, 1894 (com reedições actuais).

José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa,* Lisboa, 1965.

Rocha Martins, *Pequena História da Imprensa Portuguesa,* Lisboa, Inquérito, 1941.

ANEXO I

QUADROS ESTATISTICOS

Resumo do movimento dos periódicos por distritos do continente e ilhas adjacentes em 1896

QUADRO N.º 3

Distritos	Periódicos
Continente:	
Aveiro	21
Beja	7
Braga	47
Bragança	6
Castelo Branco	9
Coimbra	32
Évora	12
Faro	10
Guarda	10
Leiria	13
Lisboa	188
Portalegre	12
Porto	91
Santarém	14
Viana do Castelo	21
Vila Real	17
Viseu	23
Total	*533*
Ilhas adjacentes:	
Angra do Heroísmo	16
Funchal	7
Horta	14
Ponta Delgada	23
Total	*60*
Total Geral	*593*

Fonte: *Dicionário Bibliográfico Português.*

Número de jornais por habitantes e por distritos em 1896-98

QUADRO N.º 4

Distritos	Jornais/ habitantes
Continente:	
Aveiro	1/14 436
Beja	1/23 372
Braga	1/ 7 514
Bragança	1/30 860
Castelo Branco	1/24 067
Coimbra	1/10 380
Évora	1/10 671
Faro	1/25 519
Guarda	1/26 163
Leiria	1/18 365
Lisboa	1/ 3 773
Portalegre	1/10 369
Porto	1/ 6 570
Santarém	1/20 225
Viana do Castelo	1/10 250
Vila Real	1/14 246
Viseu	1/17 489
Ilhas adjacentes:	
Angra do Heroísmo	1/ 4 583
Funchal	1/21 510
Horta	1/ 3 945
Ponta Delgada	1/ 5 553

Fonte: Censo da Populaão de 1900 e *Dicionário Bibliográfico Português.*

Número de jornais por habitantes em alguns países europeus

QUADRO N.º 5

Países	Jornais/ habitantes
Estados Unidos	1/ 7 000
Suíça	1/ 8 000
Bélgica	1/ 15 000
Holanda	1/ 16 000
França	1/ 23 000
Grã-Bretanha	1/ 23 000
Alemanha	1/ 26 000
Itália	1/ 44 000
Áustria	1/105 000
Turquia	1/300 000
Rússia	1/350 000
Portugal	1/ 14 500

Fonte: *Dicionário Bibliográfico Português* e Relatório do Congresso de Antuérpia.

ANEXO II

INVENTARIOS DA IMPRENSA OPERÁRIA E POPULAR

Periódicos operários de 1850 a 1905

1850

O Ateneu, 6-I-1850 a 30-III-1851, Lisboa. Jornal literário e de economia social.
O Echo dos Operários, Lisboa. Colaboração de Sousa Brandão, Lopes de Mendonça, Latino Coelho e outros.

1851

O Liberal do Mondego, Coimbra.
O Católico, Lisboa (trata de muita matéria referente à situação das classes trabalhadoras).

1852

Jornal da Associação Industrial Portuense, Porto.
Jornal dos Operários, Porto (4 números na Biblioteca Municipal do Porto).
A Federação, Porto.

1853

A Tribuna, jornal da Associação Fraternal dos Sapateiros e Artes Que Trabalham em Couro, Lisboa.
A Voz do Operário, Porto.
Jornal do Centro Promotor, Lisboa. Colaboração de C. Fernandes, V. da Silva Júnior, J. M. A. Nogueira, Alcântara Chaves, etc.
Jornal da Associação Fraternal dos Sapateiros e das Artes Trabalhadoras em Cabedal, 4-X-1853 a 23-IV-1854, Lisboa.

1855

União Artística, 30 de Janeiro, Porto.
A Tribuna do Operário (jornal das associações), Janeiro a Dezembro de 1855, Lisboa.
O Artista Portuense, 15-III-1855, Porto.

1856

A Federação, Lisboa.
A Bandeira do Operário, Junho a Julho, Lisboa.

1860

Jornal dos Artistas, Lisboa.
Jornal dos Artistas, Porto (1860-63, 1.ª série, n.os 1-51; 1864-65, 2.ª série, n.os 1-26).

1861

A Independência Popular, Porto.

1862

Jornal do Trabalho, 4-VIII-1862 a 16-XII-1863, Lisboa.
O Defensor do Trabalho (para as classes produtoras), 11-VIII-1862 a 4-IX-1865, Lisboa.

1863

Echo Artístico, Janeiro a Setembro, Porto.
A Emancipação, Porto (propriedade de Silva Bastos).
A Liberdade, Coimbra.

1864

O Defensor dos Artistas (dedicado aos amigos do trabalho), 6-XI-1864, Porto.

1866

O Povo, bimensal para as classes operárias, 1-VII-1866 a 31-X-1866, Coimbra.

1867

O Operário, semanário, 6-IV-1867 a Setembro de 1867, Lisboa.

1868

Emancipação da Mulher, Porto.

1870

A República Federal, Lisboa.
A Federação, Coimbra.
O Trabalho, 17-III-1870 a 20-VII-1870, Coimbra.
Defensor do Trabalho, Janeiro a Julho, Ponta Delgada (Açores).

1871

O Tribuno, Junho a Dezembro de 1871, Horta.

1872

O Pensamento Social, Lisboa (redactores: José Fontana, Antero de Quental, Eduardo Maia, F. Tedeschi e Oliveira Martins. 53 números).
O Protesto, Lisboa.
O Trabalho, Lisboa (órgão da Associação Protectora do Trabalho Nacional, dirigido por João Bonança. Republicanismo social).
O Defensor do Trabalho, 10-II-1872 a Dezembro de 1873, Lisboa.

1875

O Protesto, Lisboa (já referido para 1872, mas agora como órgão do P. S.).
Jornal das Associações Portuguesas, Lisboa.
Jornal dos Artistas, Vila Nova de Famalicão, 1875 a 1877.

1876

A Aurora Comercial, Lisboa.

1877

Federação Comercial, 25-III-1877 a 17-VII-1877, Lisboa.
Direito do Povo, 12-XII-1877 a 31-III-1878, Angra (Açores).

1879

O Operário, Maio a Fevereiro de 1882, Porto.
A Voz do Operário, Lisboa (órgão dos manipuladores de tabaco).

1880

O Direito Social, 2-I-1880 a 30-VII-1880, Ponta Delgada (Açores).
Defensor dos Operários, 20-VI-1880 a 11-VII-1880, Lisboa.
O Lojista, 20-VI-1880, Lisboa.
A Cruz do Operário, 10-VII-1880 a 25-IX-1880, Lisboa.

1881

Album do Serralheiro, quinzenal, 15-I-1881 a 15-IV-1881.
A Alavanca do Trabalho, 15-VIII-1881 a 11-IX-1881, Porto.

1882

O Protesto Operário, Lisboa/Porto, fusão de *O Protesto* e *O Operário*. Mantinha duas redacções. Publicou-se até 1893.
O Barbeiro, 17-IX-1882, Porto.

1883

Jornal das Associações, Porto.
A Oficina, Coimbra. Publicou-se até 1885.
A Aurora, 15-V-1883, Porto.
A Locomotiva (dos empregados dos caminhos-de-ferro), Aveiro. Só encontrámos duas referências, não conhecemos o jornal.

1884

A Voz do Artista, 29-VIII-1884, Coimbra.

1885

A Voz do Artista, 21-VI-1885 a 14-IX-1885, Angra (Açores).

1886

A Voz dos Caixeiros, Lisboa.
O Operário, 21 e 26 de Janeiro, Angra (Açores).
A Garlopa (órgão da União Fraternal dos Carpinteiros Civis), 25-IV-1886, Lisboa.
A Typographia, mensal, Junho a Novembro, Lisboa.

1887

Jornal Artístico e Social, Porto.
O Estandarte Vermelho, Porto (só conhecemos 4 números).
O Revoltado, Lisboa. Não conhecemos o jornal. Uma referência.
O Artista, 10-IV-1887, Angra (Açores).

1888

O Caixeiro Português, 27-V-1888 a 27-VIII-1888, Lisboa.

1889

O Trabalhador, Porto.
O Operário, Figueira da Foz.
Defensor dos Artistas, Lisboa.
O Operário, 22-IX-1889 a Novembro de 1890, Évora.

1890

A República Social, Lisboa.

1891

O Amigo do Povo, Lisboa,

1892

A Questão Social (revista), Lisboa (2 números?).
O Echo Socialista, Porto.
A Voz do Proletário, Vila Nova de Gaia.

1893

O Revolucionário, Lisboa.

1894

A Federação, Lisboa.

1896

O Chapeiro, Lisboa.
A Voz do Trabalho, Lisboa.

1897

O Echo Metalúrgico, Lisboa.

1898

O Proletário, Lisboa.
A Vanguarda, Lisboa.

1900

O Trabalho, Setúbal.
A Federação (diário), Lisboa.

Jornais existentes em 1905, segundo o «Anuário Comercial» do mesmo ano, além de alguns da época anterior e ainda em publicação

Lisboa

O Caixeiro
A Crença Liberal
O Graphico
Jornal dos Alfaiates
A Obra
Manual do Operário (para instrução técnica)
O Primeiro de Maio
Revista de Ensino Livre

Porto

O Grito do Povo
O Enigma
O Echo Popular
Revista Graphica
A Palavra

Coimbra

A Escola
A Ordem
O Ensino

Beja

O Nove de Junho
A Opinião
A União Nacional

Evora

A Voz Pública

Portalegre

A Plebe

Viana do Castelo

O Luctador

Viseu

O Mensageiro Popular
A Voz da Oficina

Vila Real

O Echo
O Povo do Norte

Angra do Heroísmo

A União

Ponta Delgada

A Persuasão

Funchal

Diário Popular

Jornais anarquistas (que se autodefiniam como tal)

Os Bárbaros
A Propaganda
A Ideia, Porto, 1898 (só o n.º 1?)
O Grito de Revolta
O Emancipador
A Revolução Social, Porto, 1887
A Revolta, Porto, 1889
O Germinal, Lisboa, 1900
O Agitador, Porto, 1901

Jornais de que apenas temos referências, mas sem indicações de datas e localidades

O Revoltado
A Democracia Cristã
A Cruzada
A Voz do Artista
Gazeta das Fábricas
Revista Industrial
O Pharol
A Conquista do Bem (Coimbra?)
A Verdade (Coimbra?)
A Aurora (Porto?)
O Despertar (Porto?). Não confundir com o publicado a partir de 1914
O Libertário (Porto?)
Amor e Liberdade (Lisboa?)
A Voz do Artista (Coimbra?, director Luís Cardoso?)

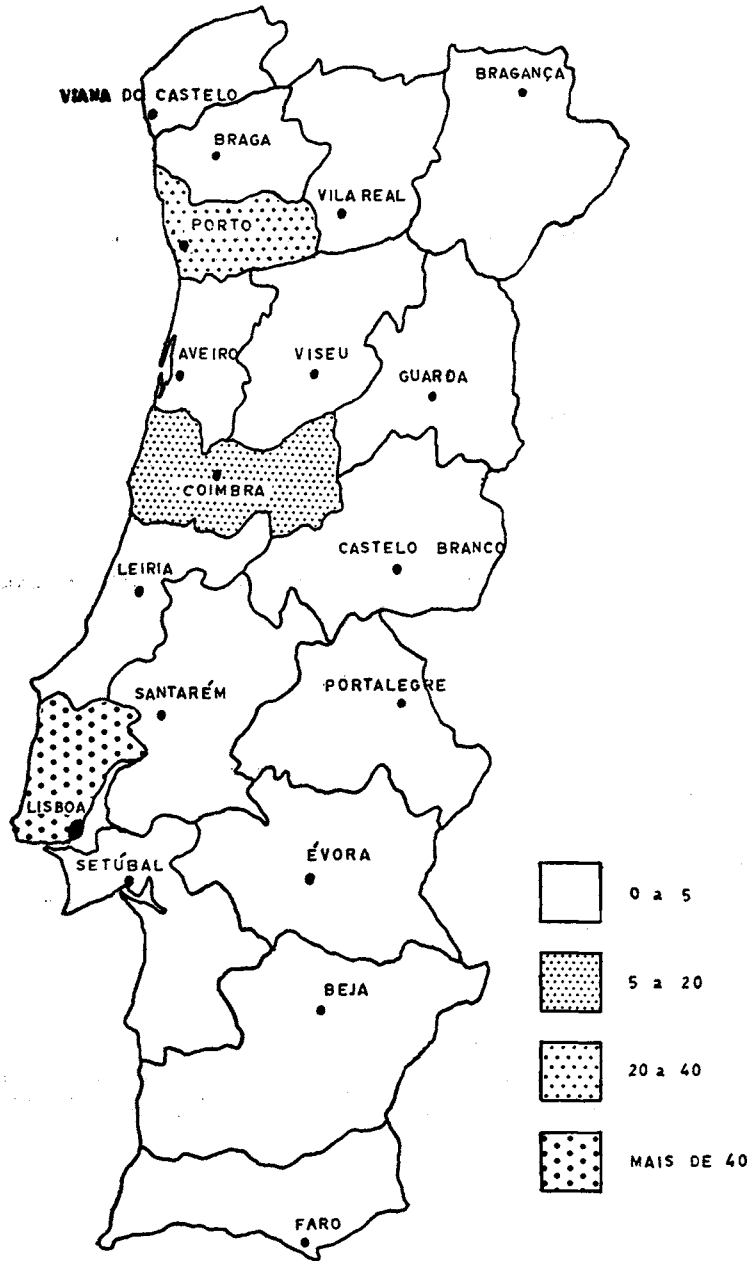
Nota — Conhecemos grande parte dos jornais referenciados, tendo procurado juntar a cada título o maior número possível de informações.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Municipal do Porto, na Biblioteca da Universidade de Coimbra e no Instituto Internacional de História Social, em Amesterdão, podem encontrar-se a maioria dos periódicos referidos.

ANEXO III

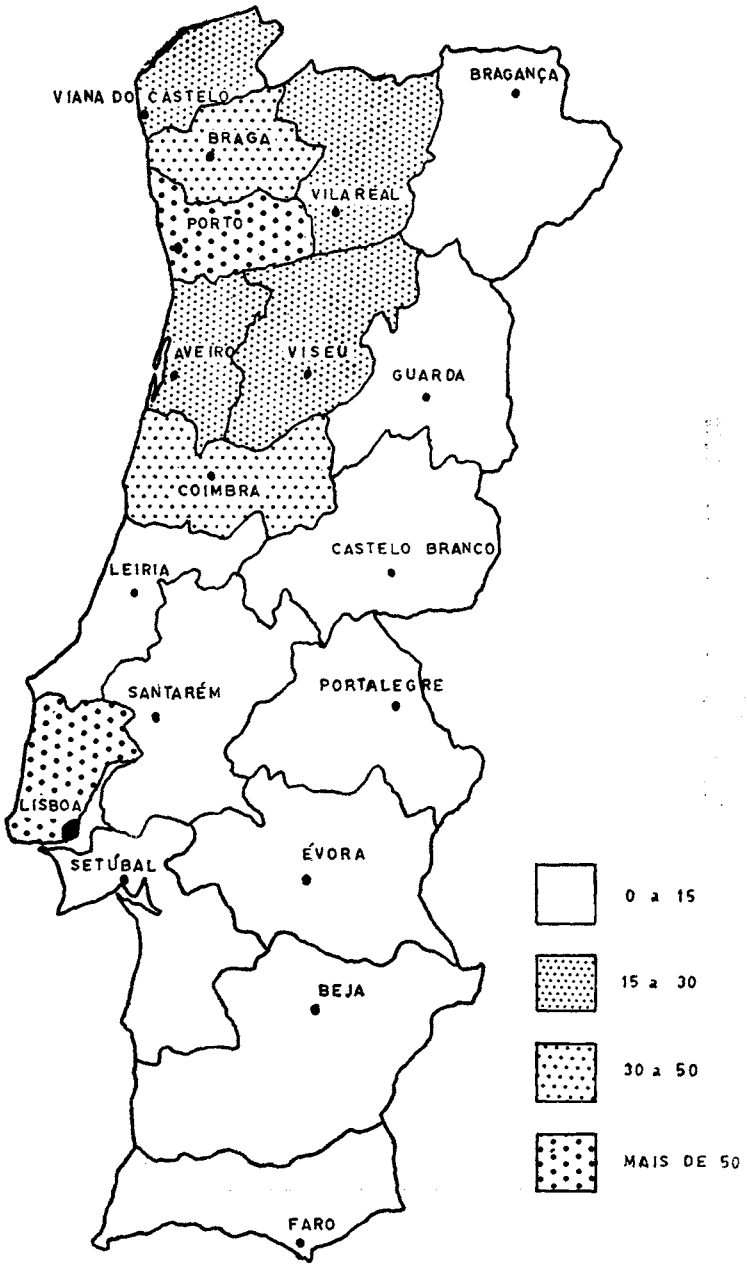
DISTRIBUIÇAO GEOGRAFICA DOS PERIODICOS

Criação de jornais operários



Fonte: Silva Pereira, *op. cit.*, e *O Socialismo em Portugal*, ed. cit.

Criação de periódicos de 1820 a 1896



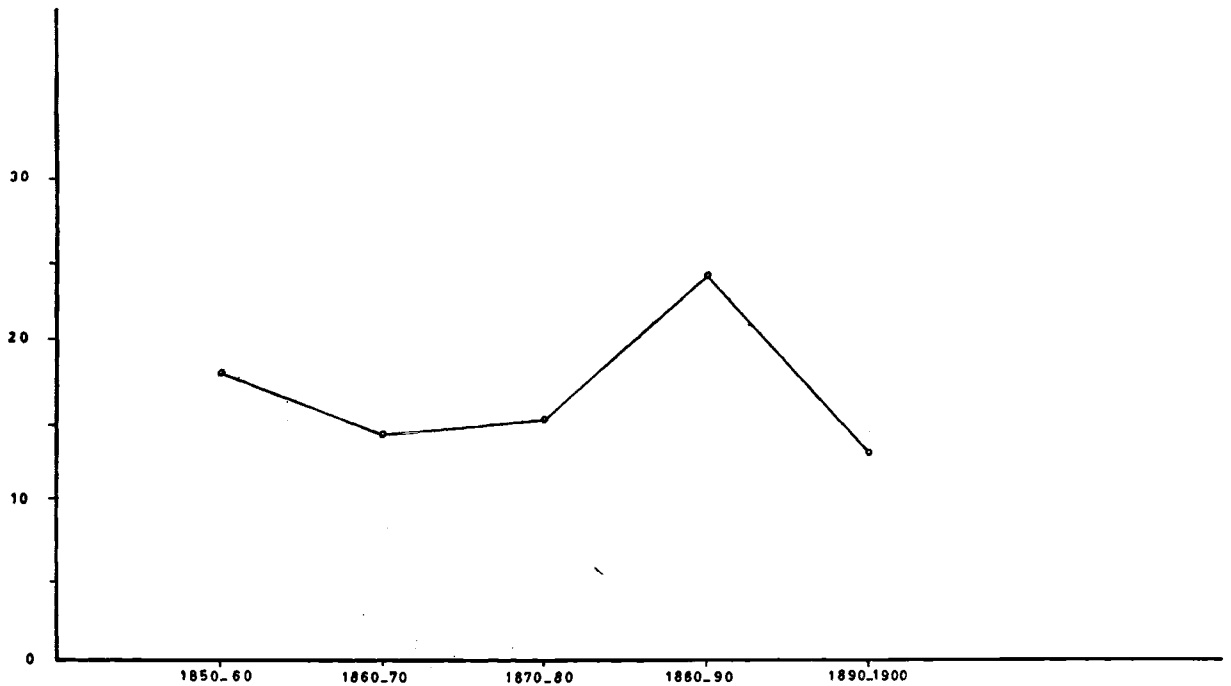
Fonte: *Dicionário Bibliográfico* e Silva Pereira, *op. cit.*

ANEXO IV

CRIAÇAO DE PERIODICOS

Criação de periódicos de 1820 a 1899

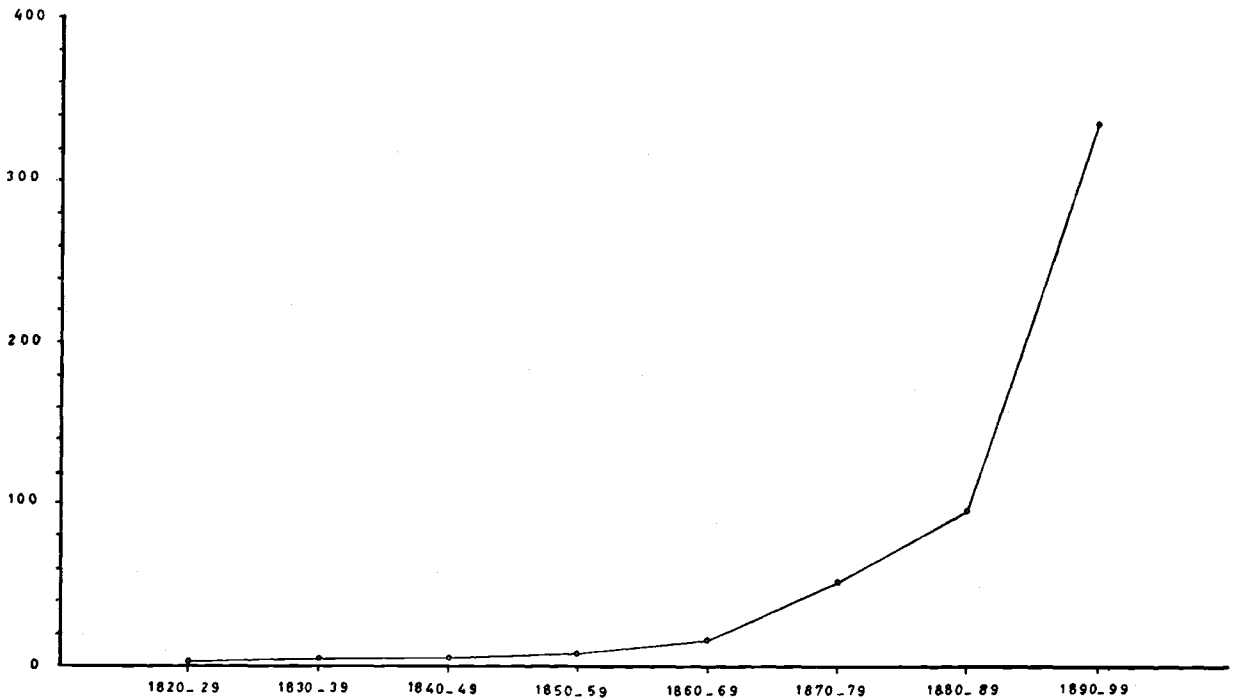
GRAFICO A



Nota: Não foi possível apurar a data de criação de 84 periódicos.

Criação de jornais operários de 1850 e 1900

GRAFICO B



Nota: Não foi possível apurar a data de criação 84 periódicos.